


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaires Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Data de aceite: 01/03/2021

Ideni Terezinha Antonello

Professora - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/4011164128230924>

Léia Aparecida Veiga

Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

Alan Alves Alievi

Professor na Secretaria Estadual de Ensino do Estado do Paraná/SEED – Núcleo Regional de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/5542163842582113>

RESUMO: Promover a participação popular de forma efetiva tem sido um grande desafio em processos de elaboração ou revisão do plano diretor. Objetivou-se verificar e discutir sobre a participação da sociedade nos debates e nas formulações de propostas para a revisão/elaboração do PDM de Londrina (2018-2028). É uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa e com utilização de procedimentos primários e secundários. A revisão do plano diretor de Londrina em 2018 ocorreu em diferentes etapas e verificou-se o esforço da equipe responsável em promover a participação popular por meio de fóruns. Mediante os resultados da

pesquisa constatou-se ínfima participação da população londrinense nos fóruns.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor; Participação Popular; Experiência em Londrina.

THE CHALLENGE OF PARTICIPATORY EXPERIENCE IN THE REVISION OF THE LONDRINA / PR MUNICIPAL MASTER PLAN - 2018/2028

ABSTRACT: Promoting popular participation effectively has been a major challenge in the drafting or review processes of the master plan. The objective was to verify and discuss about the participation of society in the debates and formulations of proposals for the revision/elaboration of the PDM of Londrina (2018-2028). It is a participant research, qualitative approach and using primary and secondary procedures. The revision of the master plan of Londrina occurred in different stages and it was verified the effort of the responsible team in promoting the popular participation through forums. Through the results of the research it was observed a very low participation of the Londrina's population in the forums.

KEYWORDS: Master plan; Popular participation; Experience in Londrina.

INTRODUÇÃO

- Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos

cegos, Cegos que vêm, Cegos que, vendo, não vêm (SARAMAGO, 2002)

O planejamento urbano no Brasil até meados da década de 1980 estava vinculado a visão tecnicista/positivista, na qual a sociedade não tinha voz ativa, pois imperava a prerrogativa que os profissionais especializados em pensar o futuro da cidade que deveriam fazer, já que a população não teria o conhecimento para interferir nesse processo. Contudo, a Constituição de 1988 tornou-se um marco de mudança nesse paradigma, ao trazer a perceptiva de um planejamento urbano participativo que ganhou força com aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001).

O Estatuto da Cidade é o respaldo legal da política urbana ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, dessa forma estabeleceu as diretrizes gerais do desenvolvimento da política urbana, ao reger o plano diretor municipal como principal instrumento desta política, particularmente instituindo o planejamento e gestão democrática da cidade que está previsto no inciso II do Art. 2º, bem como prevê, no Art. 43, os mecanismos para a sua aplicação. As audiências e consultas públicas são mecanismos para garantir a gestão democrática da cidade, já que alicerçam o princípio constitucional do direito do cidadão à informação e à participação. Assim sendo, as mesmas devem ser promovidas pelo poder público com ampla divulgação. Com base nesse preceito, no âmbito municipal, as audiências públicas são obrigatórias no Legislativo Municipal para aprovação dos instrumentos de planejamento e gestão municipal como o Plano Diretor.

Mas como diz o poeta no “Ensaio sobre a cegueira” ainda vivemos em uma sociedade de cegos, “Cegos que, vendo, não vêm”, no sentido que não se pode “cegar” perante a forma de elaboração e revisão dos planos diretores municipais, uma vez que é necessário adentrar no processo participativo colocado em prática para verificar se os princípios de um planejamento e de uma gestão democrática estão criando raízes na política urbana.

Nesse contexto, a ideia central deste artigo permeia o processo participativo concretizado na revisão do Plano Diretor Participativo de Londrina de 2008, que segundo Estatuto da Cidade (2001) tem que ser revisto a cada 10 anos, assim, 2018 seria o prazo final para sua revisão e aprovação da Minuta de Lei, entretanto, encontra-se março de 2019, e ainda não ocorreu o tramite junto a Câmara Municipal. O objetivo é verificar e discutir sobre a participação da sociedade nos debates e nas formulações de propostas para a revisão/elaboração do PDM de Londrina (2018), na perspectiva de adentrar na essência participativa e apreender se a dinâmica participativa conseguiu inserir a população de forma efetiva no planejamento urbano ou constituiu-se em uma mera formalidade perante a exigência da lei.

A questão da experiência participativa na elaboração de plano diretor é fundamental, pois tem como escopo consolidar a Leitura Comunitária, essa leitura tem que abarcar os anseios, objetivos, as necessidades da sociedade, que tem que se transformar em propostas a serem introduzidas no plano diretor, as quais tem que ser objeto de ações futuras para se atingir o princípio básico de uma reforma urbana – o direito à cidade, uma

vez que as cidades brasileiras, incluindo Londrina, são marcadas pela a desigualdade socioeconômica, por conseguinte pela segregação socioespacial. Portanto, compactua-se com Raymond (2009, p.20) ao defender que a participação “[...] existe comme revendication de ceux qui ne croient plus guère à la capacité d’une autorité unique à prendre en charge, de manière cohérente et efficace, la résolution d’un problème localisé”.

A realidade da contradição socioespacial tem que ser foco do planejamento urbano e, principalmente tendo como base a “leitura comunitária” mediante a prática de “pedagogia urbana” que corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo (CHARBONNEAU, 2010). Esse projeto coletivo pode ser desenhado por meio das audiências públicas que todos os cidadãos têm o direito de manifestar suas opiniões, apresentarem propostas e assinalar soluções e alternativas, ou seja, possuem o direito e o dever de participar do processo de elaboração do Plano Diretor municipal, uma vez que esse Plano se constitui na principal política de desenvolvimento urbano do município, bem como da gestão mediante a efetiva aplicação das propostas e metas presentes no PDM. Mas ao se pensar nas formas de participação social no planejamento e na gestão do espaço, sobressai a questão da real efetividade desta participação, como elucida Antonello (2017, p. 147)

É necessário, assim, que a participação social se traduza em uma pedagogia urbana que possa fomentar a criticidade em um processo educacional que não se limite ao ato da participação, mas alcance uma pedagogia do espaço vivido que assuma o significado de emancipação social, contribuindo para ampliar a democracia participativa.

A justificativa de se pesquisar e avaliar a execução do processo participativo na elaboração dos planos diretores municipais encontra-se na busca se adentrar nas formas desta participação social e contribuir para se avançar na concretização de planos realmente participativos, assim: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara” (SARAMAGO, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação dividiu-se em duas etapas a saber: a) na elaboração de um arcabouço teórico-metodológico sobre a temática da pesquisa, posteriormente a sua análise e discussão; b) a realização da pesquisa empírica que concretizou o monitoramento e a avaliação do processo participativo de revisão do PDML (2018) que ocorreu mediante a execução de estudo de campo (trabalho de campo), por meio da participação em todas as Etapas participativas colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Londrina), as quais serão descritas em um tópico específico. Considera-se que a técnica de trabalho de campo serve “[...] para garantir a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam

às outras estratégias de investigação. Ademais, também se faz útil para a formação do cidadão” (CLAVAL, 2013, p.1). Bem como, a presente pesquisa se alicerçou nos princípios da pesquisa participante, pois os pesquisadores nos estudos de campo levaram em conta o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade e se desenvolveu uma interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

A importância da pesquisa participante está no fato de os objetos estudados serem sujeitos e não «sujeitos de pesquisa», no sentido passivo de fornecedores de dados, mas sujeitos de conhecimento (GIL, 1991). Compactua-se com as ideias de Grossi (1981, p.55) ao colocar que “[...] pesquisa participante é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade [...]. Portanto, é uma atividade de pesquisa, educacional orientada para a ação”. A partir desses pressupostos teóricos e metodológicos que se desenvolveu esta pesquisa, particularmente, destaca-se a preocupação em pensar o planejamento participativo como uma atividade voltada para a ação.

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO ELABORAÇÃO /REVISÃO DO PDM DE LONDRINA 2018

O processo de revisão do plano diretor de Londrina-PR ano 2018-2028, no tocante as etapas I, II, III e IV em 2018, foi realizado por uma equipe multidisciplinar de técnicos que atuam no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) de Londrina. Os trabalhos ocorreram pautados em objetivos e formas de organização consonantes aos indicativos do Estatuto da Cidade (2001), dando assim continuidade no seu caráter participativo, iniciado no plano diretor de 2008, quando buscou-se integrar a população bem como também avançou no sentido de englobar tanto as áreas urbanas quanto as rurais.

É fundamental destacar a questão de o plano diretor englobar o campo e a cidade, pois é comum dentre a população e grande parte dos técnicos a ideia errônea que o mesmo só abarca a zona urbana do município. Em termos de legislação, por um lado essa questão está garantida na Lei Complementar nº 5.318 que o “[...] Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal e será o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Mas, por outro lado não há um capítulo que enfoque o rural no município, privilegiando assim a cidade em detrimento do campo, o que por sua vez acaba por reforçar a mentalidade de que o plano diretor é somente para a cidade.

Nesse sentido, buscando englobar o urbano e o rural, durante a elaboração da metodologia foram reservados momentos direcionados à participação popular em diferentes etapas de revisão do plano diretor. Na organização dos trabalhos pela equipe do IPPUL, a população manifestar-se-ia nos seguintes fóruns de participação popular: a) para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano (etapa II), b) para projetar melhorias necessárias, por meio de propostas (etapa III) e c) na definição dos aspectos importantes

que, posteriormente, somariam na minuta de lei (etapa IV).

E como forma de pôr em prática essa integração campo e cidade na revisão do plano diretor, a distribuição espacial dos fóruns de participação popular nas etapas II e III abarcou porções da zona urbana e dos distritos rurais de Londrina/PR. Cabe ressaltar ainda que as questões norteadoras das discussões eram do tipo aberta e direcionavam as reflexões para a realidade vivida pela população residente no distrito sede ou no aglomerado do distrito rural e nas propriedades rurais, ficando a cargo do técnico o direcionamento com maior intensidade para a zona urbana nos caso dos fóruns na cidade ou para o campo quando se tratava dos fóruns nos distritos. As questões perpassaram 4 grandes temas, a saber: atendimento social, transporte e vias de circulação, economia e meio ambiente, estrutura urbana.

A distribuição espacial dos fóruns de participação popular no território municipal foi organizada a partir do zoneamento da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) e dos distritos rurais, determinando-se que alguns distritos fossem agrupados no mesmo fórum e outros com porções da zona urbana do distrito sede (Figura 1).

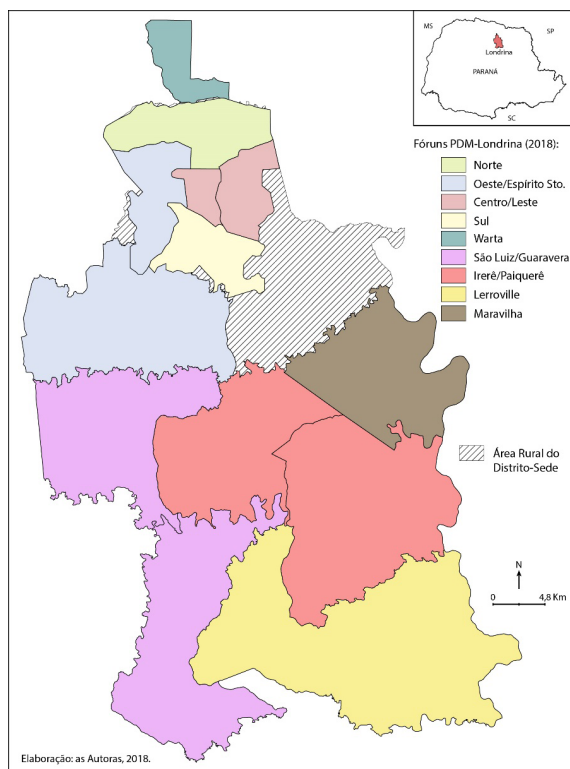


Figura 1. Porções delimitadas pelo IPPUL como as nove áreas de abrangência de cada fórum de participação popular na revisão do PDM-Ldna, 2018

Fonte: IPPUL, 2018.

Assim, para a etapa II, foram organizados 09 fóruns objetivando a realização de um diagnóstico da realidade a partir de questões elaboradas pelos técnicos do IPPUL. Mas na prática foram realizados 10 fóruns, sendo o décimo no distrito de Paiquerê. A população residente em Paiquerê, não compareceu no fórum agendado para o dia 06 de março de 2018, em conjunto com o distrito rural de Irerê.

Na etapa III também foram realizados 10 fóruns, no entanto, o distrito de Paiquerê continuou agrupado a Irerê, sendo acrescentado um fórum para o distrito Espírito Santo, que na etapa II estava no grupo da Zona Oeste da cidade de Londrina. Essa formação de um fórum para o distrito do Espírito Santo ocorreu em função da solicitação de moradores próximos a zona de amortecimento da Mata do Godoy, que alegaram ser necessário desmembrar na etapa III, o distrito Espírito Santo da Zona oeste da cidade, para assim focar em questões pertinentes aos mesmos, em que pese, a discussão sobre a criação - pelo Estado do Paraná via IAP (Instituto Ambiental do Paraná) - da zona de amortecimento da referida reserva biológica.

Em termos de estimular a participação popular efetiva de cada porção delimitada pelo IPPUL, o órgão responsável pela revisão do plano diretor 2008-2028 fez divulgação junto a mídia impressa (jornal oficial e em demais jornais que circulam em Londrina), em *websites* (site oficial do IPPUL e da prefeitura), em redes sociais (*facebook* e grupos de *whatsApp*), distribuição de panfletos (em escolas, unidades de saúde, estabelecimentos comerciais localizados em pontos estratégicos), anúncio verbal (em rádios locais e templos religiosos) e chamadas esporádicas em programas jornalísticos da TV local (em verdade, a divulgação emissoras de TV ficou comprometida devido à ausência de verba para a realização do processo de revisão do PDM de Londrina).

Em se tratando da participação popular na etapa II, compareceram nos 10 fóruns o total de 427 pessoas, desconsiderando a equipe técnica de trabalho do IPPUL que esteve presente em cada fórum da referida etapa. É possível inferir que nos fóruns de participação popular, a quantidade de pessoas da sociedade civil, grupo de acompanhamento (GA, grupo de cooperação técnica (GCT) e equipe técnica municipal foi baixíssimo quando comparado ao total de habitantes do município. O total de participantes na etapa II de levantamentos da realidade municipal, atingiu aproximadamente 427 pessoas, o que equivale em termos percentuais a 0,085% da população total municipal. Na etapa III o total de participantes (sociedade civil, grupo de acompanhamento, grupo de cooperação técnica e equipe técnica municipal) foi de apenas 462 pessoas. Ou seja, do total de habitantes do município, participaram apenas 0,091% (Dados de campo, 2018).

A constatação dessa fraca participação permanece quando se toma por base a delimitação espacial para a realização dos fóruns na zona urbana (Figura 2). A população do distrito sede e distrito Espírito Santo, somou 223 participantes na etapa II e 252 na etapa III (dados de campo, 2018), ou seja, 0,045% e 0,051% do total de 493.520 habitantes urbanos de Londrina (IBGE, 2010).

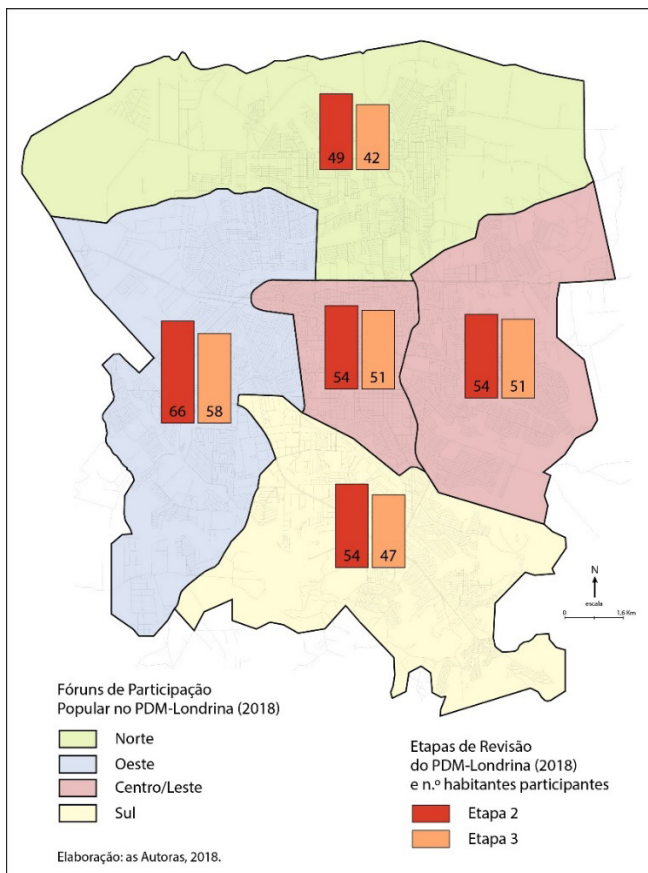


Figura 2. Participação da população por fórum realizado em cada área delimitada pelo IPPUL nas etapas II e III de revisão do PDM-Ldna, 2018

Fonte: Levantamentos de Campo, 2018.

É importante destacar que dentre os fóruns de participação popular realizados em diferentes porções do distrito sede e englobaram somente população urbana, o percentual de participação popular manteve-se baixíssimo quando comparado ao total de residentes dos principais bairros que formavam o zoneamento utilizado pelo IPPUL (Figura 2), não havendo variação significativa de um fórum para outro.

A Zona Norte que apresentava o total de 106.708 habitantes entre os cinco maiores bairros (Quadro 1), obteve a participação de 49 e 42 moradores (Figura 2) nos fóruns de participação popular respectivamente das etapas II e III, o que equivale a 0,045% e 0,039%. A zona Leste/Centro apresentou 54 e 51 participantes nos referidos fóruns, ou seja, apenas 0,054% e 0,051% dos 99.583 residentes dos oito principais bairros. E na Zona Sul dentre os 50.504 residentes em cinco bairros, participaram dos fóruns de participação popular da etapa II e III aproximadamente 54 e 47 moradores, ou seja, somente 0,106% e

0,093% do referido total.

Porção do fórum	Principais bairros	Nº de hab.	Total hab.
Zona Norte	Vista Bela*	12.000	106.708
	Parigot de Souza	23.276	
	Vivi Xavier	19.544	
	Alpes	10.603	
	Cinco Conjuntos	41.285	
Zona Leste/Centro	Lindóia	13.612	99.583
	Fraternidade	4.003	
	Antares	9.935	
	Aeroporto	12.493	
	Califórnia	12.361	
	Shangri-lá	6.601	
	Casoni	8.031	
	Centro	32.601	
Zona Sul	Palhano	7.201	50.504
	Vivendas	2.210	
	Cafezal	13.715	
	Inglaterra	8.351	
	Parque das Indústrias	19.027	

Obs. Nesse quadro não foram elencados os principais bairros da Zona Oeste pelo fato do fórum de participação popular dessa porção da cidade ter sido realizado em conjunto com os residentes do distrito rural do Espírito Santos, ou seja, mesclou moradores da área urbana e rural.

Quadro 1: Total de residentes nos principais bairros de cada porção delimitada para a realização dos fóruns de participação popular pelo IPPUL, 2018

Fonte: IBGE, 2010 e *ZANON; CORDEIRO; ARAUJO JUNIOR, 2015.

Em se tratando da participação dos moradores dos distritos rurais nas etapas II e etapa III, a população presente nos fóruns somou respectivamente 204 e 264 habitantes. Em comparativo com a população dos sete distritos (exceto Espírito Santo), com total 17.156 habitantes (IBGE, 2010), a participação popular distrital atingiu o percentual de 1,189 % na etapa II e 1,224% na etapa III. É um percentual de participação popular também considerado baixíssimo nas tomadas de decisões para os próximos 10 anos do município.

Como forma de aumentar a participação popular, a equipe do IPPUL lançou um questionário intitulado Plano Diretor Digital, ferramenta disponibilizada por meio do site do IPPUL em meio a realização da etapa II, contendo perguntas que perpassavam os temas: Atendimento social, Transporte e Vias de Circulação, Economia e meio ambiente, Estrutura

Urbana e Participação popular. Segundo dados do IPPUL/2018, cerca de 1.028 pessoas responderam o questionário *on line*, sendo desse total 28% moravam no centro da cidade de Londrina, 26% na zona oeste, 19% na zona sul, 16% na zona leste, 9% na zona norte e apenas 2% residiam nos distritos rurais e demais porções da área rural do município de Londrina.

Dentre as principais respostas destacadas pela equipe do IPPUL sobre o Plano Diretor Digital no documento disponibilizado *on line*, chama-se a atenção para o fato de 95% dos respondentes afirmarem que não tiveram dificuldades para responder as questões em termos de compreensão das frases e termos técnicos. E, no tocante as questões referentes a divulgação para a população, 80% afirmaram ter interesse em receber mais informações sobre o Plano Diretor e 65% indicaram a necessidade de ocorrer divulgação por meios de comunicação como rádio e rede televisiva (LONDRINA, 2018).

Embora a disponibilização de uma ferramenta que permita a participação por meio digital seja uma possibilidade a mais de motivar o envolvimento da população no processo de levantamento dos problemas vivenciados até o momento, a mesma não pode ser tomada como um retrato da realidade vivenciada por diferentes grupos territorializados nas porções tomadas como recorte espacial de cada fórum delimitado pelo IPPUL e sobrepor os levantamentos feitos nos encontros presenciais que apresentou menor quantidade numérica de participação. Isso porque parcela significativa da população de menor poder aquisitivo não tem acesso a essa ferramenta seja por não dispor de rede de internet seja por desconhecer os caminhos para chegar no link de acesso ao questionário ou até mesmo por falta de compreensão da importância da sua participação. Além disso há que se levar em consideração respostas não reais dadas por indivíduos que acreditam estar protegidos ao responderem via meio digital.

Os dados referentes a participação popular no processo de revisão do PDM de Londrina evidenciam que o formato padrão de chamamento para as audiências e fóruns de participação popular não tem surtido o efeito esperado, ao passo que se verifica baixíssima participação popular nos momentos de se pensar os problemas da cidade e de propor saídas no tocante ao Plano Diretor, assim como se observa que tem ocorrido o mesmo em outros momentos que demandam a participação dos munícipes, como o orçamento participativo, plano plurianual, dentre outros.

É importante pensar na criação de uma dinâmica coletiva (CHARBONNEAU, 2002) que possa no decorrer dos anos envolver técnicos e população, construindo assim um projeto coletivo no qual todos se vejam como sujeitos que vivem e produzem o território municipal, rompendo com a visão clássica/tecnicista de que a população seja desprovida de conhecimento. Faz-se necessária a busca por novos mecanismos que promovam participação popular efetiva, conforme destacado por Antonello (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho de acompanhamento e participação na revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), no que tange a participação popular, verificou-se que assim como tem ocorrido em inúmeros municípios brasileiros, a população não se fez presente de forma massiva.

A fraquíssima participação popular nos fóruns de revisão do Plano Diretor de Londrina é um indicativo da necessidade da criação de mecanismos que viabilizem a participação coletiva na cidade de forma sistemática, evitando assim o momento pontual de participação somente quando será feita a revisão desse documento.

Dentre os mecanismos possíveis, a reorganização do sistema de associação de bairros pode ser uma possibilidade significativa de promoção da participação popular, desde que não seja tutelada pelo gestor público ou outros políticos, como vereadores, por exemplo.

A mobilização de comunidades escolares pode ser outro meio de estimular o senso participativo, com o desenvolvimento de projetos pedagógicos que coloquem estudantes, corpo docente e demais membros da comunidade escolar em um processo sistemático de reflexão, participação e proposição de soluções para as demandas locais, ao nível do bairro. Envolvendo para tanto, universidade pública (docentes e discentes) e educação básica, num processo horizontal de produção de conhecimento a ação, pondo em prática um efetivo projeto democrático. E no momento de revisão do Plano Diretor, do Orçamento municipal, do Plano Plurianual, envolver os jovens (ensino básico e IES) de forma significativa, valorizando os mesmos como sujeitos pensantes e que vivem a realidade municipal.

No estatuto da Cidade (2001) há o indicativo de outras formas de participação, como os conselhos municipais, dentre os quais chama-se a atenção para o Conselho Municipal da Cidade, que deve se composto por diferentes segmentos da sociedade, com destaque para os grupos populares, que podem contribuir para a construção de uma gestão democrática de fato. Uma vez que a gestão democrática é o caminho necessário para se atingir a função social da propriedade e da cidade na busca do direito à cidade para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (2): 239-254, mai/ago/2013.

_____. Perspectivas dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano: As formas de participação da sociedade. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v.42, p. 133 -148, Dez./2017.

CHARBONNEAU, Jean-Pierre. **Dossier**: À école de la ville. *Revue l'Urbanisme*, 2002. Disponível em: www.revueurbanisme.fr. Acesso em 01 de maio de 2010.

CYMBALISTA, R. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 111, p.29-45, jul.dez. 2006.

CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins** [Online], 17, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001 (**O Estatuto da Cidade**). Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder legislativo). Edição nº 133 de 11 /07/2001.

LONDRINA. **Plano Diretor Digital**. 2018. <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/RELATORIOS/ETAPA_2-CADERNO_DE_ANEXOS/PLANO_DIRETOR_DIGITAL.pdf>

RAYMOND, Richard. La «société civile» ce «nouvel» acteur de l'aménagement des territoires. **L'information Géographique**, Paris: Armand Colin, volume 73, nº 2, p.10-29, 2009.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Companhia das Letras. 24º reimpressão, 2002.

ZANON, E. R.; CORDEIRO, S. M. A.; ARAUJO JUNIOR, M. E. Avaliação das políticas habitacionais na Região Metropolitana de Londrina-PR. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 18, N.1, p.194 - 218, JUL./DEZ. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021